

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.419 - RS (2019/0280780-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : COOPERATIVA DE CREDITO POUPANCA E INVESTIMENTO DA
ZONA SUL - SICREDI ZONA SUL RS
ADVOGADOS : JORGE ANDRÉ RITZMANN DE OLIVEIRA - SC011985
MATIAS FLACH - RS045066
FABRICIO ZIR BOTHOME - RS044277
MARIANA FERREIRA MACHADO - RS105006
OLIVEIRA E ANTUNES ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C -
SC000318
AGRAVADO : JOSE CARLOS DA SILVA DIAS
AGRAVADO : GILNEI DIETRICH FONTOURA
ADVOGADO : SCHEILA SAMPAIO STACHLEWSKI - RS066111

DECISÃO

Trata-se de agravo de COOPERATIVA DE CREDITO POUPANCA E INVESTIMENTO DA ZONA SUL - SICREDI ZONA SUL RS contra decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"APELAÇÕES CÍVEIS. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRELIMINAR DE JULGAMENTO CITRA PETITA ACOLHIDA. JULGAMENTO DO MÉRITO. ART. 1.013, §3º, INCISOS III E IV DO CPC/15. MÉRITO. AFASTAMENTO DA MORA. PRORROGAÇÃO DO VENCIMENTO DA DÍVIDA NÃO DEMONSTRADA.

Não obstante a prova testemunhal apontar a existência de tratativas entre as partes, não restou demonstrada a efetiva prorrogação do vencimento da dívida, sendo cabível a incidência dos encargos moratórios. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. A comissão de permanência - cobrada sob forma de CDI mais juros - não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato, pressupõe a existência de cláusula expressa e exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual. Súmulas 294, 296 e 472 do STJ.

PRELIMINAR ACOLHIDA. APELAÇÕES DESPROVIDAS." (e-STJ fl. 186)"

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fl. 202/208).

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação do art. 1.022, II, do Código de Processo Civil/15, sustentando, em síntese, que o Órgão Julgador não apreciou a alegação de que a página 90, mencionada pelo acórdão como sendo a página em que se encontraria prevista a cobrança do encargo, corresponde à pág. 12 da impugnação aos embargos monitórios. De tal forma, resta comprometida a análise da questão relativa à existência ou não de cobrança e pactuação da comissão de permanência.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial (e-STJ fl. 236/244)

É o relatório. Decido.

Da análise dos autos, verifica-se que o colendo Tribunal de origem, manifestou-se expressamente sobre a existência, no caso concreto, de cobrança e pactuação da comissão de permanência, senão vejamos:

"No caso em tela, a comissão de permanência está prevista na forma de CDI mais juros de 124,966706 (fl. 90), acrescida de multa de 2%. Neste caso, é possível a cobrança na forma do entendimento sumulado pelo STJ, mas com a exclusão dos demais encargos remuneratórios e moratórios, limitando-se a taxa à dos juros remuneratórios, mais 1% ao mês, e parcela de 2%, equivalente à multa, tal como definido na sentença." (e-STJ fl. 192)

Contudo, não obstante provocado, deixou de examinar questão essencial ao deslinde da controvérsia, a respeito da alegação de que, a página 90, mencionada pelo acórdão como sendo a página em que se encontraria prevista a cobrança do encargo, de fato, corresponde à pág. 12 da impugnação aos embargos monitórios, na qual o recorrente defende a possibilidade de cobrança do encargo, mas não comprova que houve a pactuação ou cobrança.

Com efeito, a eg. Corte de origem quedou-se inerte no exame de questão relevante para o deslinde da controvérsia e que, na via estreita do recurso especial, não poderia ser analisada de plano, mormente em razão da impossibilidade de incursão no acervo fático-probatório dos autos e de interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).

Ademais, o conhecimento do recurso especial exige a manifestação da instância ordinária acerca da questão de direito suscitada. Recusando-se a Corte de origem a

se manifestar sobre o tema federal, fica obstaculizado o acesso à instância extrema, cabendo à parte vencida invocar, como no caso, a infringência ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, a fim de anular o v. acórdão recorrido para que seja suprida a omissão existente.

Confirmam-se, por oportuno, os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECLAMO INTERPOSTO PELA PARTE ADVERSA QUANTO À NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE AUTORA.

1. Embora o julgador não esteja obrigado a responder um a um dos argumentos sustentados pela parte postulante, ao fundamentar sua decisão, não deve se omitir acerca de pontos essenciais ao bom andamento do processo, sob pena de violar o art. 1022 do CPC/15.

1.1. Na hipótese, tendo o Tribunal a quo deixado de analisar questão imprescindível ao deslinde da controvérsia, adequada a determinação de retorno dos autos para o saneamento da omissão.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1111044/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 03/09/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1022 DO CPC DE 2015. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O conhecimento do recurso especial exige a manifestação da Corte de Justiça acerca da tese de direito arguida. A recusa em pronunciar um juízo de valor a respeito da questão federal impede o acesso da parte interessada à instância especial. Assim, "caracterizado o vício da omissão, impõe-se o reconhecimento de ofensa ao art. 535 do CPC, anulando-se o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração e determinando-se o retorno dos autos à origem para que seja sanada a eiva apontada" (REsp n. 1.187.583/RS, Relator o Ministro Castro Meira, julgado em 6/5/2010, DJe 17/5/2010).

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1238907/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 27/06/2018)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ,

Superior Tribunal de Justiça

conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, anulando-se o v. acórdão proferido em sede de embargos declaratórios e determinando-se, por conseguinte, que outro seja proferido e, assim, sanada a omissão aqui verificada.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator